

TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO¹

Carlos Alberto Vasconcelos

Universidade Federal de Sergipe
geopedagogia@yahoo.com.br

Resumo

O espaço rural brasileiro é marcado por desigualdades de ordem social, cultural e econômica que contribuem para as relações de trabalho, principalmente no campo, onde o pequeno agricultor, por não dispor de condições conjunturais para contratar trabalhadores, sente-se obrigado a utilizar a força de trabalho infanto-juvenil como fonte de renda. Diante disso e a partir das relações sociais, é que se definiu o trabalho infantil como um condicionante socioeconômico a ser analisado em um município do nordeste do Brasil, sobretudo nas áreas de Cajaíba e Agrovila. A presente investigação de caráter empírico-analítico tem abordagem qualiquantitativa, com observação da realidade e catalogação de dados colhidos no campo e em órgãos institucionais do município, além da aplicação de questionários. Dessa forma, foi possível concluir que o trabalho infantil ainda é um problema pertinente ao campo, não só no contexto nacional, mas também no local. Isso decorre da motivação socioeconômica e cultural, além da influência da mídia e da tradição.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Agricultura familiar; Nordeste brasileiro; Evasão escolar.

Abstract

The Brazilian rural space is marked by inequalities social, cultural and economic that contribute to labor relations, especially in the countryside, where the small farmer, because he has no cyclical conditions to hire employees, feels obliged to use force child labor as a source of income. Given this and based on social relations, child labor

¹ Pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica; Apoio financeiro do PROAP/PPGED/CNPQ.



was defined as a condition socioeconomic be analyzed in a municipality in northeastern Brazil, especially in the areas of Cajaíba and Agrovila. The present empirical-analytical research has a qualiquantitative approach, with observation of the reality and cataloging of data collected in the field and in institutional bodies of the municipality, in addition to the application of questionnaires. Thus, it was possible to conclude that child labor is still a pertinent problem in the field, not only in the national context, but in the local context. This stems from socioeconomic and cultural motivation, as well as the influence of the media and tradition.

Keywords: Child labor; Family farming; Brazilian Northeast; School dropout.

Introdução

O homem é um ser atuante que estabelece relação com a natureza, a partir da satisfação de necessidades e interesses, edificando, assim, o espaço geográfico. Ao começar a produzir o espaço, o homem amplia a necessidade de se relacionar com outros homens, desenvolvendo relações sociais e, com isso, o trabalho, formando organizações que caracterizam o modo de produção.

Com o espaço rural brasileiro marcado pelas desigualdades no contexto social, cultural e econômico, o pequeno agricultor, por não dispor de condições financeiras para contratar trabalhadores, sente-se obrigado a se utilizar do trabalho infanto-juvenil como fonte de renda. Nesse contexto, a utilização do trabalho de crianças e adolescentes na agricultura é parte de uma construção cultural e histórica do meio rural brasileiro. Desde os primórdios da história humana, as crianças e adolescentes são introduzidos no trabalho agrícola, na condição de ajudantes de seus pais, como forma de aprendizagem, ou até mesmo para não ficarem no ócio do “não ter o que fazer”.

Segundo Bernardino e Pinheiro, (2015, p. 5):

“A exploração do trabalho infantil e a violência contra crianças e adolescentes estão presentes nos mais variados espaços da sociedade contemporânea, no entanto nem de longe é um fato novo, pelo contrário é um fato que se alastra e está registrado na história”.

Desta feita, escolheu-se o município de Itabaiana no nordeste brasileiro,

especificamente os povoados de perímetros irrigados de Agrovila e Cajaíba, por destacar-se na produção de hortaliças e verduras que abastecem as feiras livres da região. Nesta área encontramos sujeitos trabalhadores que ajudam suas famílias de forma esporádica e também trabalhadores explorados que se inserem em função da condição de pobreza na qual se encontra a família, como também foi detectado no trabalho de Paz (2018).

Diante do exposto e a partir das relações de trabalho, é que se decidiu neste texto fazer um recorte de pesquisa desenvolvida no programa de iniciação científica sobre o trabalho infantil como condicionante a ser analisado em áreas irrigadas de Itabaiana, município do Agreste sergipano no nordeste do Brasil.

Exposições sobre o Trabalho Infantil e Lócus da Pesquisa

É a partir do trabalho que o homem se impõe na sociedade, ou seja, é “[...] por meio do trabalho [que] o homem passa a exercer influências sobre a sociedade, ocasionando mudanças econômicas, políticas e culturais” (Silva, 2018, p. 17). O trabalho não é algo específico ao homem adulto, pois desde muito tempo é utilizado também o trabalho infantil, que ganha relevo a partir da Revolução Industrial Inglesa em escala ampla e capitalista (Hobsbawn, 1996). Logo, a origem do trabalho infantil com viés capitalista é atribuída à Europa do século XVIII e de lá se expandiu para o mundo.

O crescimento expressivo de fábricas e indústrias teve seu apogeu no século XVIII e demandou ampla inserção da mão de obra feminina e infanto-juvenil, esta última em maior número. Naquele momento, o interesse do grande capital era a acumulação de lucro e a produção de mercadorias em grande escala. Para alcançar tal objetivo, fazia-se necessário o recrutamento de mão de obra infanto-juvenil, que cumpria jornadas exaustivas de trabalho, para complementar a renda familiar. A partir disso, as crianças eram obrigadas a trabalhar desde cedo, em condições desumanas e em espaços fétidos, acarretando, assim, a fragilização da saúde, educação, da infância e outros fatores, subtraindo abruptamente a sua ingenuidade e o direito de ser criança (Silva et al., 2017).

No Brasil, esse tipo de exploração sempre foi visualizado no percurso da história do país, sobretudo entre os filhos de escravos e índios (Holanda, 1995). De acordo com Silva (2018, p. 15): “A história do trabalho infantil acompanha a trajetória do nosso país desde os tempos de Colônia, pois crianças descendentes de escravos



negros e índios eram obrigadas a aumentar a mão de obra nas fazendas, na agricultura”.

Discutindo a questão, Lamarão (2008, p. 52) afirma que,

“[...] foi um elemento histórico presente na infância brasileira que foi edificada sobre uma sociedade escravocrata, com consequências sociais expressas na profunda desigualdade que empurrava crianças para o trabalho. Em meio a um contexto de um sistema escolar elitizado e de ações governamentais e religiosas voltadas para o combate à pobreza, a partir da concepção de pobreza como desvio de caráter, o trabalho surge nesse cenário como forma de combater a preguiça, a vadiagem, o mau caráter por meio de uma política higienista e moralizadora.”

Ressalta-se que o processo histórico que permeia a formação e construção do meio rural brasileiro ocorreu de maneira desigual entre as regiões do país, desenvolvendo uma em detrimento de outras. Por essa realidade, ainda hoje é perceptível a estrutura bimodal em termos de produção, dividida em dois contextos distintos: agricultores empresariais, altamente tecnificados, com o uso exacerbado de insumos para ampliar a qualidade e quantidade de seus produtos, em geral representados pelos médios e grandes proprietários de terra, que dispõem de trabalhadores assalariados e produzem para o mercado externo; e agricultores familiares, com pequenos lotes de terra, consumidores de poucos insumos e com formas tradicionais de força de trabalho (Silva, 1998).

Dessa forma, o espaço rural, marcado pelas desigualdades no contexto social, cultural e econômico, faz com que o agricultor utilize a mão de obra infanto-juvenil como maneira de levar adiante as tarefas a serem executadas na terra e como fonte de renda. Ressalvando que, além da necessidade da utilização do trabalho de crianças e adolescentes na agricultura, há toda uma construção cultural e histórica do meio rural brasileiro que induz a ideologia de ensinar um ofício aos filhos. Assim: “O trabalho alienado é notadamente visível nas zonas rurais, ribeirinhas e litorâneas de várias regiões do Brasil, também sendo bastante comum a participação de crianças para atender a demanda do sistema capitalista vigente” (Silva, 2018, p. 17).

O trabalho para crianças e adolescentes faz parte de uma realidade naturalizada, haja vista que, durante seu processo de inserção e interação com o meio social, o trabalho infanto-juvenil é legitimado sob valores tradicionais. Para Silva e colaboradores (2017, p. 6):

“Antes de seu nascimento já existia um mundo estruturado, objetivo, que está constantemente em construção, portanto, sendo a criança um ser social também em construção, à medida que ela se relaciona com o ambiente social no qual foi inserida ela cria suas representações sobre aquela realidade, neste processo dialético a criança apreende o mundo já estruturado, ao mesmo tempo em que o estrutura a partir de suas representações, e são os processos institucionais (crenças, tradições, convenções, sistemas simbólicos, religiosos, morais, etc.) que ditam “os modos de conduta para a vida social”, ou seja, é a partir desses processos que a criança interioriza condutas que ela considera adequadas, uma vez que incorporou inconscientemente como corretas.”

Desse modo, evidencia-se que, desde os primórdios da história humana, as crianças e adolescentes são introduzidos no trabalho agrícola, na condição de ajudantes de seus pais, como forma de aprendizagem, ou até mesmo para não ficarem no ócio do “não ter o que fazer”. Segundo Vasconcelos (2009, p. 388):

“[...] infelizmente, a sociedade cultiva uma ideologia que considera o trabalho como a mais nobre atividade exercida pelo homem, como panaceia para todos os males, como remissão para o crime e saída da marginalidade, como única forma legítima de acesso aos meios de vida”.

Diante disso, esquece-se o significado de ser criança, que, segundo o Dicionário Aurélio (2010), é um ser humano de pouca idade. No mesmo dicionário, a infância humana está definida como um período de crescimento que vai do nascimento até a puberdade. Na sua origem etimológica, o termo “infância em latim é *in-fans*, que significa sem linguagem”. No interior da tradição filosófica ocidental, não ter linguagem significa não ter pensamento, não ter conhecimento, não ter racionalidade. Nesse sentido, a criança é focalizada como um ser menor, alguém a ser adestrado, a ser moralizado, a ser educado, e que pode ajudar os adultos. Por esta ótica, Marx e Engels (1992, p. 59) discutem essa ideia na condição de ser produtiva, ou seja, “em uma sociedade racional, qualquer criança deve ser um trabalhador produtivo”. Com isso, observa-se que há uma lógica acerca do direcionamento de crianças ao trabalho. Ressaltando-se que o autor relaciona o trabalho a instrução, quando alega que há necessidade de garantir aos filhos da classe trabalhadora, desde a infância, o acesso à educação e à produção social, ao trabalho produtivo, reforçando a defesa da união entre trabalho e instrução numa perspectiva contrária à promovida pelo capital (Marx, 2008).



Destaca-se que a infância, em sua concepção moderna, nasce nesse contexto, no qual a representação hegemônica da família torna-se um projeto de domínio político e de alisamento das diversidades sociais. Almeida (2005), discutindo a realidade portuguesa no tocante à família e à escola, acrescenta que a investigação em ciências sociais tem vindo a evidenciar que a escola moderna nasce com a construção do novo sentimento da infância na “família conjugal” e que esta na modernidade tem como suporte a escola, de tal maneira que muitos a definem hoje como a “família educativa”.

Barros, Clemente e Brito (2016), argumentam que, ao se falar sobre infância na contemporaneidade, percebe-se que as crianças passaram a ser um dos alvos centrais dos meios de comunicação social, persuadindo-as no sentido de quererem coisas desnecessárias, mas integradas às ofertas de mercado, relacionando-as ao efeito da propaganda indutora. Beauchamp e colaboradores (2007) também asseveram que as crianças estão cada vez mais expostas a comerciais e propagandas que buscam criar desejos e incentivar o consumo. O efeito da veiculação das mídias faz com que o universo infantil seja cada vez mais exposto a um mundo onde o consumo acaba se tornando parte do seu cotidiano. Então, para consumir os produtos da moda (motos, bonés de marca, tênis etc.), muitas crianças trabalham, deixando-se levar pelo consumismo mercadológico contemporâneo, que vê nas crianças e adolescentes como um novo nicho de mercado pujante no cenário global e, em especial, no Brasil.

Na medida que as causas econômicas não são a prerrogativa determinante para a exploração do trabalho infantil, faz-se necessário salientar que o mesmo também é fruto da cultura de aceitação existente, que justifica o trabalho infantil para as famílias pobres. Tal justificativa é baseada em mitos, construções históricas e culturais oriundas dos interesses dominantes na sociedade brasileira que, por meio das suas instituições e da produção jurídica do final do século XIX, iniciou um processo de legitimação tanto do controle social sobre as crianças e adolescentes, quanto da exploração da mão de obra infantil no Brasil. Desde então, esses mitos representam verdadeiros obstáculos para a erradicação do trabalho infantil, tendo em vista o mascaramento da realidade de sua exploração (Leme, 2012).

Discutindo essa questão, Silva (2018, p. 22) comenta que:

“O termo trabalho infantil é bem antigo e trabalhar nessa fase da vida nem sempre significou evoluir, ao contrário, pode mesmo nos levar ao caos social, político e

econômico, gerando situações de mais pobreza por parte de quem pratica e mais ambições por parte de quem explora.”

Desta maneira, o trabalho infantil no Brasil está, majoritariamente, associado a formas tradicionais da agricultura familiar, especialmente nas áreas de menor desenvolvimento das forças produtivas. Mas nas cidades grandes também são comuns casos de crianças que perambulam pelos lixões, vendem doces e quinquilharias nos faróis e exercem atividades domésticas (especialmente as meninas).

Segundo Vasconcelos e Jesus (2012), mesmo em locais com melhores condições de trabalho, como nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, ainda é comum crianças e adolescentes abandonarem a escola para trabalhar. Tal decisão parece ser influenciada pela escassez de recursos econômicos da família, mas também pela atratividade do mercado de trabalho e de consumo. Em outras palavras, há um interesse do mercado e do modo de produção capitalista na exploração dessa força que influencia a inserção precoce das crianças no mercado de trabalho.

Nesse sentido: “O trabalho infantil é uma mazela que a sociedade está longe de erradicar. Em todas as regiões do mundo, seja no meio rural seja nos centros urbanos, é comum ver crianças e adolescentes trabalhando em diversos setores da economia” (Vasconcelos, 2009, p. 385). Essa forma de trabalho condenável existe porque o sistema capitalista a usa de todas as formas possíveis para a produção e reprodução do capital, utilizando, assim, até a força de trabalho infantil para a geração de lucro.

O referido autor, ainda acrescenta que:

“No atual sistema capitalista, as novas formas de produzir e gerir o trabalho têm uma dupla direção: a redução quantitativa do emprego e a alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que redundam em crescente heterogeneidade, complexificações e fragmentação das formas de trabalho remunerado e das classes trabalhadoras. É crescente a redução do número de trabalhadores centrais. Contraditoriamente, relações de trabalho atípicas não param de desenvolver-se. Aumentam o uso de uma força de trabalho desqualificada, de trabalho autônomo, de trabalho doméstico, de trabalho infantil e de trabalho clandestino, como também os serviços precarizados e terceirizados.” (Vasconcelos, 2009, p. 383)

A conjuntura atual do trabalho infantil deve ser analisada a partir de um contexto sociocapitalista, como também em uma perspectiva crítica, dimensionando as



determinações históricas, socioeconômicas e culturais. Isso porque atualmente o trabalho infantil não é apenas uma questão cultural ou econômica, mais, sim, e ainda, uma engrenagem vital e proposital do capitalismo, que para se produzir e reproduzir precisa dessa e de outras formas de trabalho e até mesmo de exploração (Diniz, 1999).

Entretanto, discerni-se que nem sempre o trabalho infantil deve ser relacionado a exploração. O trabalho escolar, por exemplo, é uma exploração? Discutindo essa questão Sarmiento (2000, p. 41) coloca que é importante não esquecer neste debate [...] as crianças trabalham (desde logo, na escola) e há uma importante dimensão formativa e de integração social em parte desse trabalho”. O referido autor defende, como uma das condições para a aceitabilidade do desempenho do trabalho infantil, em paralelo com a escola, seria a avaliação criteriosa do tipo de actividade realizada e o modo como ela contribui para alimentar a curiosidade intelectual.

Esta questão tem relação com a própria concepção de infância tendo em vista que a escola moderna se associa ao sentimento de infância, rompendo com a concepção pré-moderna da criança como uma miniatura do adulto, o que remota a toda uma preparação desta para o mundo adulto, “do trabalho”. “Assenta no reconhecimento da sua especificidade individual e na autonomização desta fase da vida como tempo de preparação para a vida adulta” (Vieira, 2005, p. 519). Isso, emerge contra os laços intergerenciais estabelecidos no cenário das relações sociais diárias, de base comunitária, em que crianças e adultos se reúnem no exercício de tarefas partilhadas e apreendidas através da socialização.

Com este entendimento, vários fatores levam à inserção da criança no mundo do trabalho e é necessário a análise de inúmeros aspectos por se tratar de um problema social complexo. Custódio e Veronese (2007 como citado em Moura & Costa, 2014) afirmam que não é desejo das crianças ingressar no mundo do trabalho. Porém, acabam sendo motivadas pela precariedade econômica, pela sua sobrevivência e de sua família. As crianças são lançadas ao mercado, a fim de trabalhar no intuito de ajudar seus pais, pois estes contam com a ajuda da força de trabalho dos filhos para sobreviver. Quando as atividades infantis são para assegurar a comida e sobrevivência, a educação torna-se um luxo inacessível, que não vislumbra perspectivas futuras.

Assim, o trabalho infantil rouba a infância e compromete a vida futura, já que muitas dessas crianças deixam de estudar para exercer alguma atividade; ou estudam

e trabalham ao mesmo tempo, não conseguindo render o suficiente, pois chegam à escola desmotivadas, cansadas, com sono, mal-humoradas, desesperançadas. Além disso, encontram professores que não entendem a sua situação e não querem se envolver, sem contar que até mesmo elas próprias não veem futuro no ensino, já que o trabalho tem uma rentabilidade mais rápida do que o estudo, haja vista, a educação só gerar rentabilidade financeiramente em médio ou longo prazo. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes com história de trabalho precoce é mais baixa que as taxas dos que não foram obrigados a trabalhar em idade inadequada (Vasconcelos & Jesus, 2012).

Esse fenômeno é perceptível no Brasil, quando a evasão escolar é oito vezes maior entre os jovens de famílias mais pobres que residem no meio rural. Como mostra a síntese de indicadores sociais divulgada pelo IBGE, em 2018, quase 12% dos estudantes com menores rendimentos deixaram a educação básica. A evasão escolar no Brasil é maior nas regiões Norte e Nordeste. No estado de Sergipe, conforme o IBGE, 19,3% de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, o que corresponde a aproximadamente 25 mil alunos em idade. No município foco da investigação, segundo a secretaria de educação municipal, no ano de 2019, houve uma taxa de abandono de 2,16% do total de 10.284 alunos (0,46% na zona rural e 1,68% na zona urbana). Esse fenômeno é preocupante, pois tem efeitos bastante negativos nos índices educacionais, representando uma quebra no processo de escolaridade, o que pode levar ao abandono definitivo dos estudos ou a um significativo atraso na escolarização, na maioria das vezes por desestímulo da própria família e da escola, bem como por conta da busca por um retorno rápido a suas necessidades e ansiedades.

Com essa perspectiva, discutindo a escola, especificamente na sociedade portuguesa, Vieira (2005) afirma que, na tradição da escolarização moderna, a aprendizagem prática do trabalho e o trabalho de aprendizagem escolar, desligado da prática, se confundem se estão conjugados ou confrontados. O referido autor julga ser particularmente pertinente conhecer o significado de trabalhar, aprender a trabalhar e qual o lugar da escola nesse contexto. Para ele “há uma multiplicidade de sentidos que se encontram hoje na escola portuguesa e que decorrem do carácter composito de que se constroi a nossa modernidade tardia” (Vieira, 2005, p. 541).

Assim poderemos também pensar que o próprio trabalho escolar, pode significar fuga ao trabalho duro, exploratório e constrangedor, requerido em contextos



concomitantes ao trabalho infanto-juvenil com caráter dominante e naturalizado em âmbito local, ou seja,

“Apesar de exigir trabalho, a escola ainda representa aos olhos de alguns adultos, mas também de crianças e adolescentes, o espaço do não trabalho, o tempo para além do trabalho, o abrigo face aos ritmos e responsabilidades exigidos pelas tarefas domésticas ou produtivas - domiciliárias ou não”. (Vieira, 2005, p. 541)

Por toda a contextualização do trabalho de crianças e adolescentes, sua existência, condicionantes e consequências, firma-se a necessidade de estudos mais específicos quanto à realidade local dessa problemática, haja vista a necessidade de se superar aspectos negativos dessa condicionante. Por isso, este texto busca especialmene analisar a perspectiva de trabalho infantil em unidades horticultoras de povoados localizados nos perímetros irrigados de Itabaiana no nordeste brasileiro.

Este município apresenta predomínio de agricultura voltadas para as atividades hortícolas com mercado ascendente acarrentando mão de obra temporária em tempos de colhetas, com isso, muitas vezes os pais levando os filhos para ajudá-los em sua labuta.

Neste contexto e com esta compreensão, faz-se mister conhecer os nexos empíricos da área que iremos demonstrar e analisar, tendo em vista ser o campo investigado.

O estado de Sergipe conta com uma superfície de 21.910,34 km², correspondendo a 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. Sua posição absoluta está compreendida entre os paralelos 9° 31' e 11° 34' de latitude sul e os meridianos de 36° 25' e 38° 14' de longitude oeste de Greenwich. Inserido na parte oriental do Nordeste, Sergipe faz divisa com dois estados, limitando-se ao norte com Alagoas, separado pelo Rio São Francisco; e ao sul, com a Bahia, separado pelo Rio Real; além de a oeste fazer novamente fronteira com a Bahia. A leste é banhado pelo Oceano Atlântico, como se pode ver na figura seguinte.

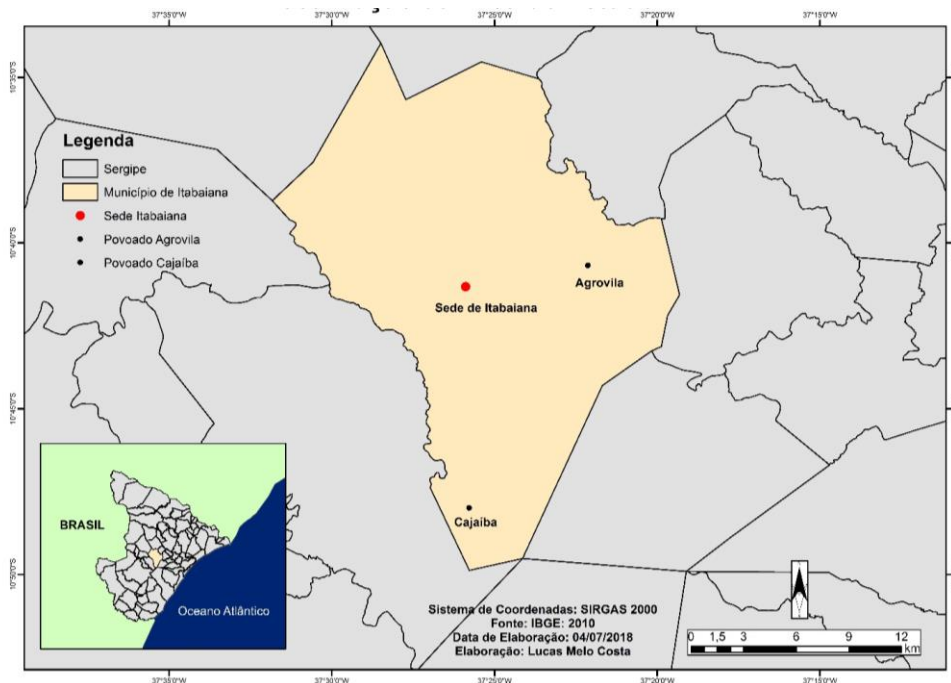


Figura 1 – Localização da área de estudo. Fonte: IBGE, 2010

O estado tem pequena dimensão territorial e populacional, com apenas 2.068.017 habitantes (IBGE, 2010) e 75 municípios. Contudo, Sergipe ocupa uma posição privilegiada no conjunto econômico e social da região Nordeste do Brasil, com inserção em atividades econômicas que apresentam instrumentos e técnicas modernas, a exemplo da indústria extrativo-mineral. Destaca-se também a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros, sobretudo na porção Agreste do estado, tendo o município de Itabaiana, como aporte de importação e exportação de variados produtos agrícolas no estado e na região nordestina (Carvalho, 2010).

Nesse contexto, a agricultura apresenta importante desenvoltura na economia do município foco da investigação, tendo se intensificado, sobretudo na década de 1980, através da implantação de perímetros irrigados como Jacarecica e Ribeira. Tais projetos foram instalados beneficiando agricultores familiares com pequenos lotes agropecuários, nos quais são produzidas variadas hortaliças que abastecem todo o estado, assim como são exportados para os estados de Alagoas e Bahia, sobretudo a capital Salvador.

Nos perímetros irrigados, há uma presença forte de plantações de hortaliças, como, por exemplo, no povoado Agrovila, no qual existe a presença marcante de culturas como o coentro, o quiabo, amendoim, batata-doce, cebolinha e milho, que são



rapidamente absorvidas pelo comércio da capital Aracaju, ou pelos estados vizinhos. Já na Cajaíba II, cultivam-se mais alface e batata-doce.

Desse modo, o município agrega atividades econômicas diversificadas, além de ser rota comercial, o que faz dele um “nó” no fluxo socioeconômico entre Aracaju (capital do estado) e o Sertão, atraindo migrantes da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e de outros municípios do estado. Com uma distância de cerca de 56 km da capital, Itabaiana tem uma posição geográfica privilegiada, por estar em uma área de transição entre o litoral e o sertão sergipano, o que contribui para torná-lo referência comercial no Agreste sergipano (Silva, 1986, p. 3).

Esse município tem destaque no cenário regional por ser, segundo IBGE (2010), o terceiro que apresenta alto índice de trabalho infantil no estado de Sergipe, concentrado 2.020 crianças em situação de trabalho, o que ressalta a necessidade de investigação e busca de políticas públicas para enfretamento de tal situação.

Procedimentos Investigativos

O desenvolvimento desta investigação agrega caráter empírico-analítico, com abordagem quali-quantitativa, ou seja, a partir da observação da realidade e catalogação de dados colhidos no trabalho de campo, foi possível validar a análise do trabalho infantil na agricultura familiar realizada nos perímetros irrigados de Itabaiana no nordeste brasileiro, constituindo-se em um estudo de caso.

Dentro dos procedimentos metodológicos, tivemos algumas fases de investigação, demarcadas em:

1. Pesquisa de Gabinete, que compreendeu o levantamento, leitura e análises a respeito da área de perímetros irrigados e sobre o trabalho infantil, condicionando o embasamento em Vasconcelos (2009); Carvalho (2010); e Silva (2018). Além disso, considerou-se o levantamento de informações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura Municipal de Itabaina.

2. Reconhecimento da área de estudo, visitando os perímetros irrigados e comunidades adjacentes.

3. Pesquisa de campo: aplicação de 30 questionários, sendo 15 no povoado Agrovila e 15 no povoado Cajaíba II, e realização de entrevistas com pais e crianças das comunidades investigadas. Assim, aplicaram-se os questionários por meio do

auxílio das unidades escolares Escola Municipal Dr. João Alves Filho – Povoado Agrovila e Escola Municipal Profa. Anailde Santos de Jesus – povoado Cajaíba II. Juntamente aos pais, analisou-se a questão do trabalho infantil e correlatos. A realização da pesquisa de campo concentrou-se no ano de 2018, período em que foram aplicados questionários com agricultores.

4. Analisaram-se ainda questionários recolhidos na Secretária de Desenvolvimento Social, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), da Prefeitura Municipal de Itabaiana. Essa secretaria aplicou mais de 1000 questionários (2018) em todas as escolas do município. Contudo, para nossa área de pesquisa, foram avaliados cerca de 400 questionários, sendo 190 destes, questionários aplicados no povoado Cajaíba I, 135 no povoado Agrovila ou Bom Jardim e 75 no povoado São José ou Lagoa do Forno. Este último entrou na amostragem por contemplar parcela significativa de alunos que estudam na escola campo das entrevistas, além de ser circunvizinho. Os questionários foram encaminhados por profissionais do PETI às escolas, que, por meio dos professores, aplicaram aos alunos, desde a pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental. O questionário investigou: como as crianças ocupam os seus tempos vagos; se o pai ou a mãe trabalham e em que função. Por fim, colheu-se uma análise das professoras sobre a criança e o seu desempenho escolar.

5. Foram realizadas, no ano de 2018, entrevistas com agentes institucionais da Secretaria de Assistência Social do município de Itabaiana, por parte do programa PETI e do Conselho Tutelar. A secretaria ainda disponibilizou um documento acerca do trabalho infantil no município, intitulado Diagnóstico Sociodemográfico do Trabalho Infantil.

Esses encaminhamentos possibilitaram a organização dos resultados, que ainda podem ser considerados preliminares acerca da temática no município. Contudo, esses resultados já respaldam muito da realidade do trabalho infantil, em termos de sua existência ou não, nas áreas de perímetros irrigados de Itabaiana e do modo como as autoridades têm trabalhado no sentido de evitá-lo. Ressalta-se que nas análises, diante dos procedimentos metodológicos, não incluiremos as entrevistas de maneira explícita, tendo em vista ser objeto de outro artigo. A técnica da observação foi principalmente para reconhecimento da área da pesquisa e contactos com os sujeitos.



Discutindo e Analisando o Retrato do Trabalho Infantil no Município de Itabaiana no Nordeste do Brasil

Em Itabaiana, município foco de nossa pesquisa, segundo a PNAD (2010), havia 13.980 pessoas de 10 a 17 anos de idade trabalhando em alguma atividade, sendo 34% na agricultura e pecuária; 20% no comércio e 36% em outras atividades. Das 13.980 crianças e adolescentes que exerciam alguma atividade em 2010, 13.465 eram alfabetizadas e 515 não alfabetizadas, estando 3.690 residindo no campo. No município de Itabaiana, 1.230 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade não frequentam a escola. Fato que é justificado sobretudo, pela inserção dos jovens no mercado precocemente, alicerçado nas demandas socioeconômicas da família e causando a evasão escolar como mencionado anteriormente.

A pobreza impõe à família uma única opção: submeter o maior número de membros familiares ao trabalho para que, assim, possam crescer recursos à renda familiar, mesmo que em desrespeito à legislação trabalhista e ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990).

Este documento é de suma importância no tocante a esta temática, em seu artigo 4º, afirma que:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990, p, 11).

De acordo com o ECA², criança é a pessoa com idade de até 12 anos incompletos e adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos. O trabalho é proibido aos menores de 16 anos, no entanto, é permitido a partir dos 14 anos de idade, desde que seja na condição de jovem aprendiz, com autorização dos pais e em atividades que não sejam degradantes, perigosas ou insalubres.

Do total de 30 questionários, observou-se um somatório de 121 pessoas constituindo as famílias, o que perfaz uma média de quatro pessoas por família. Esse

² Com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que em 2020 completa 30 anos, meninos e meninas passaram a ser vistos sob nova perspectiva, como "sujeitos de direitos", e a preocupação da lei passou a ser a proteção integral de todas as pessoas com idade entre zero e 18 anos.

aspecto já atesta uma evolução gradual nos índices de natalidade e número de membros por família, se considerarmos décadas anteriores.

Do universo de 121 membros familiares, observou-se que 48% eram do sexo feminino e 52% do sexo masculino, justificando maior tendência à masculinização do campo em virtude da força de trabalho para movimentar a terra. Em termos de grau de instrução, entre o universo da pesquisa, verificou-se que 11,6% deles eram analfabetos, 30,6% sabiam ler e escrever, 23% tinham o Ensino Fundamental (EF) incompleto, 2,5% tinham o EF completo, 7,4% não concluíram o Ensino Médio e 7,4% concluíram, 0,8% tem formação superior incompleta e 0,8% formação completa com curso superior. Além disso, 15,7% dos entrevistados optaram por marcar outra condição de instrução. Tal retrato enfatiza que os entrevistados, em sua maioria, apenas sabem ler e escrever ou têm o ensino fundamental incompleto, mesmo com escolas nos próprios povoados, o que em tese facilitaria o ensino nos locais, já que eles não teriam que se deslocar para a cidade para estudar.

Logo, ainda é persistente a lógica do trabalho em oposição à educação, o que corrobora a integração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Apesar disso, é válida a justificativa dos mentores familiares no sentido de dar encaminhamento cultural aos filhos na questão trabalho, sem se desvincularem do mundo do conhecimento escolar.

Dos 121 indivíduos catalogados, 44 deles trabalham em atividades relacionadas ao campo, seja na forma de agricultor ou trabalhador rural; 23 deles não trabalham; 18 não responderam ou marcaram que tinham outra profissão; e 36 trabalham em outras atividades, entre elas, trabalhador doméstico, servidor público ou é aposentado/pensionista.

De acordo com os dados fornecidos dos questionários com os contactados, 87% deles tiveram seus familiares sempre trabalhando na zona rural. Segundo esses dados, a maioria dos contactados hereditariamente trabalha no campo e essa profissão é passada de pai para filho. Enquanto, os 13% que não tiveram familiares vinculados ao trabalho rural demonstraram uma melhoria de nível socioeconômico das famílias, acabando por vincular seus membros a trabalhos sazonais, com ingresso no setor terciário da economia urbana de Itabaiana ou de outros municípios.

Nesse contexto familiar, o trabalho infantil se fez presente em 31% das unidades pesquisadas, justificadas no auxílio familiar. Sendo que, no povoado Cajaíba II, o trabalho infantil se fez presente em 40% das unidades pesquisadas e no povoado



Agrovila em 20% das unidades pesquisadas. Tal assertiva se deve ao contexto cultural de passar o ofício de trabalhador da terra, da unidade produtiva, de uma geração para outra. Contudo, mesmo informalmente, muitas famílias acharam importante o repasse de considerações sobre o trabalho no campo, mesmo obedecendo ao Estatuto, no sentido de manter seus filhos na escola e com direito a brincar.

Nessa conjuntura, atestou-se que dois gestores familiares acharam importante a presença dos filhos no trabalho executado na unidade produtiva, pois dependem deles para o acréscimo de renda; nove afirmam que se faz necessária a presença dos filhos, pois é uma forma de educá-los para a vida; e 13 comentaram que os filhos não trabalham devido à atuação do Ministério do Trabalho e do Conselho Tutelar. Com isso, observa-se que a atuação das instâncias contra o trabalho infantil é importante para a não efetivação desse modo de labuta nos povoados. E como foi atestado por um agricultor em entrevista, no povoado Agrovila, ao ser perguntado se via crianças trabalhando na região, ele respondeu que,

“[...] quase não tem isso não, porque há um tempo aí teve uma notificação, porque tinha uma pessoa que vendia coentro e vinha de fora com até mesmo crianças para trabalharem, aí a fiscalização passou... O Conselho Tutelar é bastante atuante na região..., mas há alguns casos em que a criança estuda pela manhã e vem ajudar o pai na roça à tarde” (Depoimento de agricultor XX).

Do universo de 30 questionados, 18 validaram a importância da atuação do Conselho Tutelar, pois garante que os filhos só estudem. Ao passo que, um deles afirmou ser desnecessário, pois sua atuação impede que os filhos garantam uma profissão; um comentou ser problemático, haja vista impedir que as crianças aprendam um ofício e, assim, não deem continuidade às atividades produtivas da família; ao passo que nove deles acham a atuação problemática, pois os filhos que não auxiliam em casa geram problemas sociais.

Ao serem questionados sobre o que poderia ser feito para agregar melhorias nos povoados e manter as famílias no campo, os agricultores apontaram a necessidade de maior diálogo entre pais e filhos, no sentido de se evitar o tão corrente processo migratório, visualizado no êxodo rural; a instalação de melhorias para a saúde e para a educação, através de programas que fossem sólidos e promissores, com processo de formação completo; a definição de melhorias nos canais de escoamento para os produtos cultivados; a demarcação de segurança, maior oferta de emprego e



condicionantes de melhoria da qualidade de vida, a exemplo de pavimentação, saneamento básico e lazer para a população.

Desta feita, os aspectos analisados nos questionários perpassam por constantes alternâncias ou mesmo ausências governamentais, como políticas públicas voltadas para o homem do campo e até mesmo dos aspectos naturais, com seca, que assola a sobrevivência dos agricultores, fazendo com que estes conduzam seus filhos a atividades que gerem recursos financeiros. Esta condição de ocupação dos filhos por parte dos pais, também é manifestada na necessidade que os pais sinalizam de repassar seu conhecimento em termos de trabalho aos filhos, sem, no entanto, desviá-lo de sua condição infanto-juvenil e do direito à escola. A partir disso, o trabalho infantil pode ocorrer, mas não no sentido explícito de geração de renda, mas como foco de conhecimento e auxílio à labuta dos pais. Nesse contexto, faz-se necessário frisar a importância dos órgãos institucionais que acompanham e demarcam a importância do cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.

Com o intuito de tratar a questão do Trabalho Infantil, a Secretária de Desenvolvimento Social, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), da Prefeitura Municipal de Itabaiana, aplicou 400 questionários a crianças matriculadas em escolas localizadas na área dos perímetros irrigados e constatou que: do total de 400 questionários aplicados, 50% das crianças indicaram que, quando não estão estudando, ocupam o seu tempo vago brincando, 32% estudando e 18% trabalhando, o que demonstra o quadro de trabalho infantil ainda persistente na área estudada.

Do total de questionários, 190 foram aplicados no povoado Cajaíba I, contingente no qual 48% das crianças responderam que, quando não estão estudando, ocupam seu tempo vago brincando; 34% afirmam que passam o seu tempo vago estudando e 18% das crianças e adolescentes afirmam que ajudam os pais, o que mostra que ainda é recorrente a ideia no povoado de que as crianças devem ajudar os pais na labuta diária, mesmo que muitas crianças afirmem que estudam e brincam ao mesmo tempo.

No povoado Agrovila/Bom Jardim, foram aplicados 135 questionários – 49% das crianças e adolescentes afirmaram que, quando não estão estudando, passam o tempo vago brincando; 31% estudando e 20% ajudando aos pais, o que demonstra um aumento de 2% em relação ao povoado Cajaíba I.

No povoado vizinho aos dois focos da pesquisa, São José/Lagoa do Forno,



aplicaram-se 75 questionários – 55% afirmaram que, quando não estão estudando, passam o seu tempo vago brincando; 27% estudando e 18% ajudando os pais.

Uma outra questão arguia se o pai ou a mãe trabalhava e a resposta afirmativa foi quase unânime. Das 400 crianças consultadas, 397 afirmaram que um dos pais exerce alguma atividade econômica, duas disseram que um dos pais não trabalha e uma não respondeu a essa pergunta.

A questão subsequente tratava do trabalho dos pais, perguntando em qual função a mãe ou o pai trabalha? Do total analisado, 64% dos pais das crianças e adolescentes entrevistados trabalham como lavradores e 36% exercem outras atividades, sejam externas, já na zona urbana, sejam atividades pluriativas geradoras de renda no campo.

No povoado Cajaíba I, todas as 190 crianças e adolescentes afirmaram que um dos pais trabalha; e com relação à função, 83% disseram que os pais são lavradores ou agricultores e 17% trabalham em outras funções. No povoado Agrovila, 56% das crianças e adolescentes responderam que um dos pais trabalha em outra função, que não é lavrador; 43% exercem a atividade de lavrador e 1% não respondeu. E no povoado São José, 53% dos pais trabalham como lavradores e 47% em outras atividades.

Nas análises das professoras, observa-se que as crianças que ajudam os pais quando não estão estudando têm dificuldades na aprendizagem, na participação das atividades escolares, sendo algumas já repetentes e apresentando-se desinteressadas em aprimorar sua aprendizagem. Em alguns casos, quando o aluno marca a alternativa afirmando que ajuda os pais, a professora argumenta que ele não fala a verdade; já quando é afirmado que a criança em seu tempo vago só estuda ou brinca nem sempre é assegurada a veracidade da resposta, ficando clara, em certas ocasiões, a tentativa de esconder o fato de haver o trabalho infantil na região. Tal fato acontece pelo encobertamento das ausências escolares e desinteresse na educação escolar por questões de ajuda governamental que as crianças e adolescentes recebem, pois alguns programas governamentais, a exemplo do Bolsa Família³, estão atrelados à frequência e aprovação dos alunos.

³ O Programa Bolsa Família que foi criado em 2003 constitui-se numa política intersetorial voltada ao enfrentamento da pobreza, ao apoio público e ao desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, requerendo, para sua efetividade, cooperação interfederativa e coordenação das ações dos entes públicos envolvidos em sua gestão e execução (Vasconcelos, 2009).

Desse modo, ainda é incisivo o trabalho infantil nas áreas de perímetro irrigado em Itabaiana no nordeste do Brasil. Tal fato é reflexo da cultura de transmissão da atividade profissional, sobretudo. Mas tem sido também uma forma de apropriação do trabalho de jovens para a sustentação da família. Apesar desse retrato, sabe-se da necessidade de pais e responsáveis pela educação de crianças e adolescentes no sentido de instruir para o trabalho, haja vista as facilidades indevidas ofertadas pelo nosso espaço socioeconômico.

A partir de conversas com crianças e seus pais, percebemos que muitas crianças são conduzidas, em especial pela mídia, ao consumismo. Uma criança de 11 anos do povoado Cajaíba disse: “gosto de trabalhar para comprar as coisas que gosto”. Vive-se em uma sociedade capitalista que se usa a mídia em seu favor, que, por sua vez, influencia os valores e os costumes da população. Nos dias atuais as pessoas são determinadas pelo que elas possuem. E em meio a tudo isso estão as crianças, reféns desse mundo consumista e hoje vistas como indivíduo principal no consumo familiar. A família, que é a base referencial para as crianças, também adota postura consumista.

Considerações Finais

O trabalho infantil ainda é um problema pertinente no campo, não só no contexto nacional, mas no contexto local. Isso decorre da motivação socioeconômica de se ter mais um membro em idade de ajudar na unidade produtiva gerando renda e cultura, já que ainda é corriqueiro que se encontrem pessoas que vêem o trabalho como algo engrandecedor, que valoriza o ser, enobrecendo-o, pois, assim, as crianças e os adolescentes estariam seguros do ócio e da banalidade da vida por não ter o que fazer.

Um fator recorrente na contemporaneidade de milhares de crianças e jovens do município de Itabaiana, em específico é a influência da mídia e do capitalismo sobre suas vidas, por meio da qual projetam-se nas crianças desejos e anseios de possuir produtos veiculados pelas várias propagandas dos meios de comunicação, muitas vezes os influenciando a trabalhar. Em entrevista com profissionais da Secretaria de Assistência Social, afirmou-se que até a década de 1980 e 1990, o trabalho infantil era exercido para atender a necessidades básicas, estando intrinsecamente ligado à cultura, mas, depois da década de 1990, observa-se um impulso ao desejo de possuir bens materiais não necessários a sobrevivência, tomando expressiva proporção, haja



vista a imposição dos anseios globalizantes.

Os dados da investigação também nos conduziram à interpretação de que alguns pais deixaram transparecer a vontade de atender aos desejos consumistas que o capitalismo produz. Outras vezes, percebemos sua total alienação, estando completamente fora das relações sociais contemporâneas. São os filhos de trabalhadores e suas famílias – e não as elites – que sofrem com o trabalho infantil. Para ter acesso a mercadorias – sejam elas necessidades do estômago ou da fantasia – crianças e adolescentes necessitam trabalhar.

É importante ressaltar que o trabalho infantil remota a séculos, é uma atividade cultural e precária, além de exploratória que continua existindo entre nós nas sociedades modernas, daí a necessidade que temos de mudar a lógica do próprio capitalismo que absorve toda e qualquer força de trabalho. Apesar que ainda encontramos pessoas que veem o trabalho infantil como algo enobrecedor, um dos motivos que perpetua esta forma de trabalho, contribuindo para sua continuidade, assim cabe a cada um de nós fazermos a nossa parte para desconstruir essa mentalidade que está intrínseca na nossa sociedade.

Particularmente no município de Itabaiana, bem como em Sergipe e, em todo o Brasil, existe trabalho infantil, entretanto tem-se que buscar alternativas e políticas públicas para, pelo menos, diminuir a incidência, a partir de implementações de programas, a exemplo do PETI.

Enfim, espera-se que esta cultura seja modificada, pois “lugar de criança é na escola e não trabalhando” Daí iniciativas e pesquisas como esta apontam e demonstram indícios da problemática e análise dos resultados que poderão contribuir para nossa região no tocante a temática abordada. Como também que esta pesquisa sirva de embasamento para futuras pesquisas com aprofundamento das questões abordadas.

Tendo em vista o que foi exposto ao longo do texto, percebe-se que o trabalho infantil não foi erradicado, apesar das políticas de combate, retirada e auxílio às famílias de baixa renda. Consequências desastrosas podem ser percebidas imediatamente, como no caso de mutilações e doenças, ou mais tarde pela defasagem escolar ou pelo abandono dos estudos. Esta última consequência foi percebida na investigação supracitada.

Um ponto desolador em toda essa questão é que o trabalho não dá a essas

crianças o tipo de aprendizado que hoje se considera importante para a inserção no mercado de trabalho adulto. Pelo contrário, é responsável, em parte, por tirar de crianças pobres a oportunidade de se igualar no futuro a jovens de classes média e alta.

Por fim, é preciso que a sociedade, as empresas e o governo promovam às crianças e adolescentes inclusão social motivada não apenas para lhes fornecer necessidades básicas, mas também obedecendo a legislação sobre a questão. É importante que superemos a visão de qualificá-las como pessoas necessitadas e adotemos uma perspectiva moderna e mais atual: as crianças são pessoas que têm direitos humanos. Elas têm direito a escolher uma profissão digna, a ter estudo e oportunidades na vida.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. N. (2005). O que as famílias fazem à escola: pistas para um debate. *Análise Social*, XL(176), 579-593. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000400006. Acessado em 09 de ago. 2020
- Barros, R. C. L. de, Clemente, F. S., & Brito, S. M. F. (2016). O poder da mídia no consumismo infantil: reflexões e proposições. *Anais do Fórum Internacional de Pedagogia*, Imperatriz (MA), Brasil, 8.
- Beauchamp, J. et al. (2007). *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Bernardino, A. T., & Pinheiro, T. C. G. (2015). Trabalho infantil no Brasil: violência e a mão de obra explorada no campo. *Anais da Semana Acadêmica e do Seminário Estadual de Serviço Social*, Cascavel (PR), 9 e 3. Disponível em: <http://itecne.com.br/social/edicoes/2015/artigos/TRABALHO%20INFANTIL%20N%20O%20BRASIL.pdf>.
- Brasil. (1990). *Decreto-Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Carvalho, D. M. de. (2010). *Comercialização de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana/SE*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Diniz, N. L. (1999). *A acidez dos laranjais: o trabalho infantil na ótica das crianças e*



- adolescentes, trabalhadores da citricultura em Boquim/SE*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Ferreira, A. B. de H. (2010). *Dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.
- Hobsbawm, E. J. (1996). *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra.
- Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (2010). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009: Síntese de indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (2019). *Síntese de Indicadores sociais. Coordenação de População e Indicadores Sociais*. - Rio de Janeiro: IBGE.
- Lamarão, M. L. N. (2008). *A Constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém.
- Leme, L. R. (2012). *Políticas Públicas de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Campo*. Disponível em: <http://www.unisc.br/>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- Marx, K., & Engels, F. (1992). *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes.
- Marx, K. (2008). *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões*. Transcrição de Fernando A. S. Araújo. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acesso em 2 agos. 2020.
- Moura, A. S. & Costa, M. M. M. (2014). Trabalho infantil como empecilho ao desenvolvimento das Crianças e adolescentes e a promoção do trabalho decente. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul, 4(3), 138-149.
- Paz, R. S. (2018). *Entre a exploração e a sobrevivência: espacialização e precariedade do trabalho de crianças e adolescentes em Sergipe*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Prefeitura Municipal de Itabaiana (2019). *Atas de redimento escolar*. Secretaria de Educação Municipal. Itabaina/SE.
- Silva, A. S. (1998). *Desenvolvimento e convivência com o Semi-Árido: experiências nacionais e internacionais*. Brasília: ABEAS. (Curso de Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido Nordeste, módulo, 19).

- Silva, H. S. B. da, Maciel, C. A. B., & Silva, D. J. R. da. (2017). A incidência do trabalho infantil na educação de crianças e adolescentes da rede oficial de ensino de Belém do Pará. *Anais da Jornada Internacional Políticas Públicas*, São Luís (MA), 8.
- Silva, L. C. S. (1986). *A atividade olerícola em Itabaiana-Sergipe*. Aracaju: Observatório Geográfico América Latina, UFS/NPGeo/DGE, Atlas Socioeconômico de Sergipe. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomico/Geografiaagraria/24.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- Silva, S. O. da. (2018). *Trabalho infantil e educação do campo na região do Baixo Sul da Bahia (2007-2015)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG).
- Vasconcelos, C. A. (2009). *O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no centro sul de Sergipe*. Tese de Doutorado em Geografia, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Vasconcelos, C. A., & Jesus, T. C. de. (2012). Trabalho infantil na citricultura sergipana: reflexo socioeducacional. *Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira*, ano V, n. 7.
- Vieira, M. M. (2005). O lugar do trabalho escolar: entre o trabalho e o lazer?. *Análise Social* [online], XL(176), 519-545.